

Medidas da reitoria comprometem trabalho acadêmico

Fomos surpreendidos no início da semana passada por uma série de medidas anunciadas pela reitoria da UNICAMP, no velho estilo da administração centralizadora: sem qualquer debate com a comunidade, o Prof. Martins anunciou, em uma reunião com Diretores de Unidades, Núcleos e Centros, um conjunto de medidas com o objetivo de reduzir os gastos com custeio em 30%. A razão alegada para a adoção desta medida - temporária, segundo o reitor - é a falta de repasse de recursos, da ordem de R\$ 8 milhões, por parte do governo estadual.

A reação da comunidade a estas medidas de contenção de despesas, foi imediata. Diretores de unidade - Prof. Mohamed, do Instituto de Biologia e Prof. Quartim, do IFCH - e as entidades ADUNICAMP, STU, DCE e APG, manifestaram-se de imediato contrários a esta iniciativa.

As razões deste protesto são óbvias, até porque saímos de uma greve de 48 dias ao final de junho, durante a qual estiveram em pauta nas unidades todas as questões relativas à gestão universitária, distribuição de recursos, orçamento e financiamento da Unicamp, além da questão propriamente salarial. É de se supor, portanto, que não aceitaremos tranquilamente tais medidas. Apenas para refrescar nossa memória, já vimos este filme antes, exatamente em julho de 90, 3 meses após a posse do Prof. Vogt na reitoria da universidade. De lá para cá o que mudou, em termos de política orçamentária e de distribuição de recursos na Unicamp? Que projeto de Universidade se revela com a adoção de medidas deste tipo?

Em discussão o projeto de universidade

Estas medidas sugerem para nós uma reflexão em dois sentidos: do ponto de vista do compromisso do estado para com a educação e a universidade públicas e do ponto de vista da política universitária e do projeto da reitoria para a UNICAMP.

Parece claro que há uma dívida por parte do governo do estado para com as universidades públicas paulistas. Inclusive no que diz respeito aos recursos para o salário de julho, fomos informados que o governo do estado depositou recursos referentes ao valor líquido dos salários, instituindo o calote - no próprio estado, diga-se de passagem - como recurso a ser adotado pelas universidades daqui para a frente. As consequências podem ser previstas com certa facilidade, e não é preciso ser economista para entender o que isto significa, a curto, médio e a longo prazo, para o "caixa" do estado.

Entretanto, se este é o montante da dívida para com as universidades, o governo do estado certamente não hesitará em desviar verbas, que deveriam estar sendo aplicadas à educação, para suas obras de final de

mandato, conforme afirma em reportagem publicada pela Folha de 15.08.94. A dívida do governo do estado para com a educação, apenas de janeiro a julho deste ano é da ordem de US\$ 218 milhões, referentes ao descumprimento de seu próprio orçamento, que previa um gasto de 23,06% da arrecadação do ICMS e até agora só gastou 18,38%! (Folha de S.Paulo, 23.08)

O desvio de verbas para outras Secretarias, principalmente para obras, é característico de anos eleitorais. E nesse sentido, as empreiteiras têm muito mais trunfos e poder de pressão para poderem receber - em dia - suas dívidas. A elas não lhes é dada a brilhante "alternativa" de elaborar portarias de contenção de gastos. Muito pelo contrário. Esta tarefa, humilhante, parece estar delegada a nós, docentes, funcionários e estudantes das universidades públicas e das escolas de 1o. e 2o. graus.

No que tange às questões internas da UNICAMP, observamos mais uma vez a posição autoritária da reitoria, baixando portaria com medidas de contenção de gastos naqueles

ítems onde há interesse imediato. Questões como a necessária transparência administrativa, prometida inclusive durante a campanha para reitor, juntamente com as promessas de diálogo e participação, ficaram, nesta conjuntura, relegadas a um último plano.

A ADUNICAMP, no entanto, compreende com clareza que uma questão de tamanha gravidade não pode ser tratada desta maneira. Manifestamo-nos desde o início contrários a estas medidas, pois elas significam a queda da qualidade no ensino e na pesquisa e o comprometimento do conjunto do trabalho acadêmico e universitário. Não há como sustentar o argumento, como tem feito a reitoria, de que não haverá prejuízo para a pesquisa - será admissível o prejuízo para o ensino? - uma vez que as verbas para pesquisas vêm de convênios com a iniciativa privada e/ou órgãos financiadores. Isto pode ser verdadeiro, e também bastante discutível, para as áreas das exatas e tecnológicas, mas não para outras áreas de conhecimento. Como sustentar as áreas de humanas, artes

e biológicas, sem recursos para compra de livros, instrumentos, equipamentos e materiais para os diferentes laboratórios?

São difíceis os tempos que nos esperam. Esta não parece ser uma situação conjuntural, ainda que possa haver elementos que apontam para que ela assim seja entendida. Os contornos destas medidas, bem como as saídas apontadas historicamente para enfrentá-la (lembremo-nos do projeto Vogt, do UNIEMP, dos debates para reitor e do projeto Martins) nos remetem a questões maiores,

como o financiamento da educação e do ensino em geral e da universidade em particular: a existência das fundações, dos sistemas de "parceria" entre o setor privado e o setor público, do compromisso do estado com a educação pública. Nos remetem, enfim, para a discussão das propostas neo-liberais para o Brasil e suas manifestações na educação e na universidade.

Elementos que nos estimulam a estabelecer estas ligações, há de sobra. O Fundo de Aposentadoria que está sendo gestado na UNICAMP

(mais uma vez sem qualquer debate ou consulta à comunidade) é mais uma medida de "contenção" de gastos por parte do estado, na tentativa de torná-lo mínimo no que diz respeito a nossos direitos e expropriar-nos ainda mais em nossos já defasados salários. Os reajustes zero (como será agosto?) e a política salarial imposta pelo CRUESP são elementos que vão complementando o contorno deste quadro. Aonde nos levam essas medidas que nos obrigam, a médio prazo, a recorrer à iniciativa privada para o financiamento de nosso trabalho?

Resistir e se opor é a saída

A tentativa de implementar a redução dos gastos das Universidades Públicas com políticas de benefícios - gratuidade, subsídios para alimentação, transportes, moradia, etc (será simples coincidência?) - como contrapartida para a concessão e liberação de empréstimos internacionais, via Banco Mundial, para a educação, é um fato. Já houve tentativas anteriores: em 91, com a "Proposta de uma Nova Política para o Ensino Superior", parte do "Projetão" do Governo Collor. Só não avançou devido à reação unânime dos setores educacionais progressistas.

As entidades do Campus - Adu-nicamp, STU, DCE e APG - reuniram-se na sexta-feira, 26/08, para

discutir a Portaria de corte de gastos, e decidiram enviar ofício conjunto ao reitor, Prof. José Martins Filho, onde solicitam a revogação da citada Portaria. Nesta quarta-feira, 31/08, haverá audiência com o reitor, às 11:00h, onde as entidades deverão reiterar tal solicitação.

Se as atuais medidas da reitoria forem realmente conjunturais, a estratégia buscando parceiros no enfrentamento com o governo do estado está conseguindo seus efeitos. As entidades entendem que é da maior gravidade o atraso nos repasses de verbas às Universidades. No entanto, consideram que a Portaria do Reitor da Unicamp deve ser revogada pois:

1) As Reitorias têm que cobrar do governo do Estado os repasses atrasados antes de pensar em cortes nas Universidades;

2) Na Usp e Unesp, até o momento, não foram anunciadas medidas de cortes semelhantes às da Portaria da Unicamp. Como explicar o fato, uma vez que, a Unicamp é tida como a que possui a mais confortável situação orçamentária, entre as universidades públicas paulistas?

Se não forem revogadas as medidas, a resposta que daremos a elas serão: resistir e se opor, pois são medidas que configuram, se vingarem, os contornos de um projeto de universidade contrário às propostas que historicamente defendemos.

REUNIÃO GERAL DE DOCENTES:
6^a feira - 02/09 - 12:00 h - CB 10 (a confirmar)
Vamos debater a situação atual da Unicamp. Participe!

AGENDA

31/08 - 4a. feira - 11:00 h

Audiência, marcada pelas entidades, com o reitor, Prof. José Martins Filho.

02/09 - 6a. feira - 12:00 h - CB 10 (a confirmar)

Reunião Geral de Docentes / Reunião do CR (aberta à participação de todos os docentes)
Pauta: Portaria de cortes / Política salarial / Aposentadoria.

Em tempo / urgente :Cruesp adia reunião

Inflação de agosto: 5,46%. E os salários: ZERO outra vez?

O Cruesp, que havia marcado reunião com o Fórum das Seis para o dia 02/09, enviou ofício informando o adiamento da mesma para 09/09. Ou seja, adiou a reunião para depois

do dia do pagamento. É bom lembrar que o reajuste de julho foi ZERO. Em agosto, a inflação medida pelo IPC-r (Índice de Preços ao Consumidor em real) do IBGE foi de 5,46%.

E em julho e agosto acumula alta de 11,87%. Como ficam nossos salários em agosto? ZERO outra vez???

As dificuldades são muitas e a situação é grave. O Brasil precisa de uma reforma estrutural profunda. O governo deve tomar medidas urgentes para enfrentar a crise econômica. A inflação deve ser controlada e o crescimento estimulado. É necessário um diálogo entre todos os setores da sociedade para encontrar soluções sustentáveis.

Resumo e se quer é a saída

1. A situação atual do Brasil é crítica. O crescimento econômico está estagnado e a inflação sobe. É necessário implementar reformas estruturais para reverter esse quadro. O governo deve priorizar a educação e a saúde, setores essenciais para o desenvolvimento a longo prazo. Além disso, é preciso fortalecer o setor privado e promover a inovação tecnológica.

2. A reforma tributária é uma das prioridades. É necessário simplificar o sistema e reduzir a carga sobre as empresas para estimular a produção e o emprego. Além disso, é importante melhorar a eficiência da administração pública e combater a corrupção. A transparência e a accountability são fundamentais para recuperar a confiança dos cidadãos.

3. A reforma trabalhista também é crucial para modernizar o mercado de trabalho e aumentar a competitividade. É necessário equilibrar os interesses dos empregados e dos empregadores para criar um ambiente propício ao crescimento. Além disso, é importante investir em capacitação profissional para preparar a força de trabalho para as demandas do futuro mercado de trabalho.

REUNIÃO GERAL DE DECISÕES

1ª Reunião - 02.02 - 12.00h - CB 10 (a confirmar)
2ª Reunião - 09.02 - 12.00h - CB 10 (a confirmar)

AGENDA

- 02.02 - 12.00h - 1ª Reunião - 02.02 - 12.00h - CB 10 (a confirmar)
- 09.02 - 12.00h - 2ª Reunião - 09.02 - 12.00h - CB 10 (a confirmar)

Em tempo / Urgente: Crise e a saída

O Brasil enfrenta uma crise econômica profunda. A inflação está alta e o crescimento está negativo. É necessário tomar medidas urgentes para estabilizar a situação. A reforma estrutural é o caminho para a recuperação econômica. O governo deve trabalhar em conjunto com o setor privado e a sociedade civil para superar esta crise e construir um futuro mais próspero e sustentável.

Dinheiro tem! Veja para onde está indo:

Deu no "Estadão":

O Jornal O Estado de São Paulo, nos dias 28 e 29/08, deu grande destaque à conclusão da auditoria nas contas do estado. As análises - alarmantes - atestam a falência de São Paulo. Veja abaixo alguns trechos da matéria publicada no OESP de 29/08/94:

Com o título "Pareceres do TCE atestam falência de SP", diz a matéria: "(...) Os técnicos do TCE demonstram em seus pareceres tanto a explosão da dívida pública como a inversão de prioridades nos investimentos... (...) ...Quércia privilegiou o setor de transportes em seus investimentos, em detrimento das chamadas áreas sociais. Nessa ocasião, aplicou 70,61% dos investimentos em transportes e negócios metropolitanos. A educação ficou com 3,74%, a saúde com 6,25%, a habitação com 3,11% e a Secretaria do menor com 0,10%. (...) quando Fleury foi eleito sucessor de Quércia, o mesmo quadro de inversão de prioridades se repetiu. O transporte ganhou 59% do total de investimentos, a saúde 8,8%, a educação 8,0% e a Secretaria do menor ficou com 0,5%."

Deu na "Folha de S. Paulo":

No ano passado, o governo do estado gastou cerca de US\$ 200 milhões a menos do que o previsto no Orçamento, com a folha de pagamento da Secretaria de Educação...

Neste mesmo período - 93 - gastou:

* US\$ 1,355 bilhão a mais do que o orçado com Transportes...

* US\$ 1,906 bilhão a mais com o Judiciário...

* US\$ 941,5 milhões a mais com Secretaria de Energia e Recursos Minerais... e

* US\$ 925,8 milhões a mais com a Segurança Pública.

Segundo o articulista Roberto Felício, presidente da APEOESP, o que o governo gastou a mais com o item transporte - 18,1% - daria para pagar os professores durante todo o ano (17,94%)!

Dá para aceitar medidas de contenção de gastos?

Abaixo, verbas do Orçamento para a Educação que foram cortadas pelo Fundo Social de Emergência (F.S. Paulo - 24/08/94):

Hingel pede mais verbas à Fazenda

Ministro da Educação admite risco de colapso no ensino básico e nas universidades

FLÁVIO ILHA

Da Agência Folha, em Brasília

O ministro da Educação, Murílio Hingel, apelou ontem ao Ministério da Fazenda para que mantenha as verbas originais do Orçamento deste ano, cortado em US\$ 530 milhões pelo FSE (Fundo Social de Emergência).

Segundo Hingel, não será possível manter os três programas básicos do ministério — ensino básico, superior e merenda esco-

lar— em funcionamento até o fim do ano se os cortes forem mantidos.

O Orçamento da Educação era de US\$ 7,4 bilhões, baixou em US\$ 1,48 bilhão (20%) como forma de contribuição ao FSE e recebeu de volta, do mesmo fundo, US\$ 950 milhões. Somente com merenda escolar, o ministério iria gastar US\$ 704 milhões.

O Congresso tem marcada para semana que vem a votação do Orçamento de 94, mas a falta de

quém preocupa o Ministério da Educação.

Se a proposta original não for mantida, o ministro admite que pode haver colapso no ensino básico e nas universidades.

O ensino superior tinha um orçamento inicial de US\$ 2,7 bilhões, que deveriam abranger também a manutenção e custeio de 43 hospitais de ensino.

Só em 93, esses hospitais foram responsáveis por 8 milhões de consultas e 3 milhões de inter-

nações.

No caso da merenda escolar, a situação é mais grave porque o governo autorizou a extensão do benefício durante todos os 365 dias do ano, como parte do programa de combate à fome.

Isso significou mais cem dias de alimentação para 30 milhões de crianças.

A extensão do benefício não foi garantida com recursos adicionais para o Ministério da Educação.

Eleições 94: o Brasil em uma encruzilhada histórica

TEMA DO PRÓXIMO JORNAL DA ADUNICAMP

Está circulando hoje o Jornal da ADUNICAMP, que retorna após um período de recesso. Já está programado o próximo número, cujo tema principal será Eleições 94. Além dos artigos de candidatos a presidente e governador abordando temas como "Educação, Ciência e Tecnologia" e "Universidade e Financiamento", contaremos com manifestações de colegas docentes sobre as diferentes can-

didaturas.

A edição deste jornal, aliada a outras iniciativas, é mais um esforço da ADUNICAMP de levar o debate sobre a situação atual e as perspectivas dos novos governos - federal e estadual - para a Educação, a Universidade, Ciência e Tecnologia.

Entidades e universidades organizam debates com candidatos

As entidades representativas de docentes e funcionários e representantes das reitorias da UNICAMP e da PUCC estão organizando debates com candidatos e/ou representantes dos candidatos aos cargos majoritários e proporcionais: deputados, presidente, senador e governador.

Até o momento estão confirmados os seguintes debates:

Dia 14 de setembro - 19:30 h - Debate com deputados estaduais.

Dia 19 de setembro - 19:30 h - Deputados federais.

Estes dois debates acontecerão na PUCC, estando previsto ainda debates com candidatos ao senado e candidatos a presidente e governador, a serem realizados na Unicamp. A reunião final para fechar a agenda de debates acontece nesta 4ª feira, 31 de agosto, na PUCC.

Ministério tem. Não para onde está indo?

É isso mesmo?

O plano de governo do Brasil para o ano de 1964, segundo o ministro da Fazenda, não é apenas um plano de governo, mas também um plano de desenvolvimento econômico. O plano prevê um crescimento econômico de 8% ao ano, o que é considerado um ritmo bastante elevado para um país em desenvolvimento. Além disso, o plano prevê a realização de obras de infraestrutura, como a construção de estradas, ferrovias e aeroportos, o que é essencial para o desenvolvimento econômico do país.

De acordo com o ministro da Fazenda, o plano de governo para o ano de 1964 é baseado em três pilares: o crescimento econômico, o desenvolvimento social e a estabilidade política. O plano prevê a criação de empregos, a melhoria da infraestrutura e a realização de obras de saneamento básico. Além disso, o plano prevê a realização de eleições diretas para o presidente da República, o que é considerado um passo importante para a consolidação da democracia no Brasil.

Ministério da Educação quer medidas de contenção de gastos?

O ministro da Educação, Carlos de Campos, anunciou que o Ministério da Educação quer implementar medidas de contenção de gastos para reduzir o déficit da conta corrente. Segundo o ministro, as medidas incluem a redução de salários, a eliminação de cargos e a racionalização das despesas. O ministro afirmou que essas medidas são necessárias para garantir a sustentabilidade financeira do governo e para permitir que o país continue a investir em educação e desenvolvimento econômico.

Eleições 64: Brasil em linha eleitoral da história

As eleições de 1964 representam um momento crucial na história do Brasil. O Brasil está em linha eleitoral, com o povo sendo chamado a escolher entre duas opções: a manutenção do regime militar ou a restauração da democracia. O Brasil está em um momento de transição, e o resultado das eleições pode determinar o futuro do país.

Partidos e universidades organizam debates com candidatos

Os partidos políticos e as universidades estão organizando debates com os candidatos às eleições de 1964. Esses debates são considerados importantes para que o eleitorado possa conhecer melhor os candidatos e suas propostas. Os debates serão realizados em várias cidades do Brasil e serão transmitidos pela televisão. Os candidatos vão discutir temas como a economia, a educação, a saúde e a política externa.

Fundo de aposentadoria

MENOS SALÁRIOS E MAIS CONTRIBUIÇÕES

A comunidade universitária foi surpreendida, no domingo 21 de agosto, com a entrevista do Prof Martins, publicada na Folha SP - SUDESTE, na qual detalha a proposta de criação de um Fundo de Aposentadoria na UNICAMP para fazer frente ao crescimento do número de inativos nos próximos 10 anos. Esta idéia não é nova, há alguns anos circula informalmente na comunidade e foi divulgada no Jornal da Unicamp de julho. Vários colegas têm nos procurado manifestando-se contrários à medida e solicitando um debate e o posicionamento da ADUNICAMP sobre a questão.

Sem prejuízo das discussões, debates e aprofundamento sobre esse problema, que certamente deverão ocorrer, é importante considerar que esta proposta situa-se no âmbito das medidas recentes de contenção de gastos, adotadas pela reitoria, para fazer frente à falta de repasse de recursos por parte do governo do estado. É parte desta política de "enxugamento" do estado, de retirada de benefícios tão duramente conquistados.

Vale a pena lembrar que, com a autonomia de 89, a Universidade ganhou também a folha de "inativos", antes sob responsabilidade do governo do estado. Esta situação crítica que ora enfrentamos, tem levado as diferentes reitorias a adotar medidas contrárias aos interesses da universidade e da melhoria da qualidade do ensino, da pesquisa e da extensão. Tanto é assim que já convivemos há tres anos com uma "política" de reposição de quadros que prevê que para cada professor aposentado e/ou afastado, as unidades utilizam apenas 40% da verba para sua reposição, reduzindo drasticamente não apenas o número de docentes, mas a sua reposição com o patamar de qualidade que a titulação exigia. Os prejuízos para o ensino e a pesquisa são inegáveis. Esta é uma política burra, que coloca a universidade em um caminho sem volta. Estamos perdendo docentes que se aposentam, com todo direito, muito novos e no auge de sua produção científica e acadêmica, sem que a universidade pense alternativas que possam ir além de um simples convite

para "professor convidado". Não é pequeno o número de colegas que se aposentam e vão para outras universidades, particulares via de regra, complementar sua aposentadoria e continuar sua carreira e produção científica. Neste jogo é a UNICAMP que perde.

Agora, a reitoria vem com a proposta de criação de um Fundo de Aposentadoria que visa repassar, mais uma vez, as custas da crise para nós, docentes e funcionários, que deveremos pagar - mais ainda - nossa própria aposentadoria, aumentando nossa contribuição de 6% para 10% e para até 11,7% para quem ganha mais de 10 salários mínimos.

Consideramos que a gravidade da situação exige soluções novas. Mas elas não podem significar redução salarial e desobrigação do estado da garantia de nossos direitos de cidadãos. Queremos lançar para debate algumas questões subjacentes a esta temática:

1. É possível e desejável encontrar mecanismos que retenham os docentes um tempo além de sua aposentadoria. Que medidas a administração pretende tomar no sentido de adicionais que compensem a permanência do docente por um tempo maior, sem necessidade de aposentar-se?

2. Há necessidade de repensarmos a carreira docente e os mecanismos de mobilidade e ascensão de modo a viabilizar a progressão até o nível máximo, considerando o tempo de trabalho acadêmico e, obviamente, o compromisso social, a qualidade e competência científica do docente. Que medidas podem ser tomadas no sentido de "abrir" nossa carreira, rever o quadro docente, aumentar o número de vagas - e verba para promoções - nos níveis intermediários e de cargos ao final da carreira?

Estas são algumas das muitas questões que poderiam estar sendo discutidas, recusando o jogo das políticas neo-liberais que vão no sentido de reduzir nossos direitos sociais e nosso salário, aumentando nossas contribuições financeiras e expropriando nosso trabalho, principalmente dos docentes que de fato trabalham na Unicamp.

Com os Reitores, a palavra

O Estado só se justifica, enquanto instituição, se cumprir as funções de proteger a vida física e anímica dos cidadãos. Para isto, são-lhe concedidos os monopólios da força física, da normatividade jurídica, da gestão do excedente econômico. Este terceiro monopólio, com os impostos e taxas, não se efetiva plenamente entre nós, dada a sonegação cometida pelos setores privilegiados da sociedade. Segundo informe da Receita Federal, 50% dos impostos, no Brasil, são sonegados. Isto significa: metade das pessoas e fontes produtoras de lucro negam ao Estado a força para dirigir a sociedade com eficácia. Trata-se de um crime contra a soberania popular. A maioria, taxada impiedosamente, não recebe os benefícios que um Estado de direito tem obrigação de lhe proporcionar: educação, saúde, segurança alimentar, política, cultural.

Universidade é espaço de reflexão e pesquisa, cujos fins ligam-se aos alvos da forma estatal, acima definidos. Ela colabora para a análise e crítica da polícia e das forças armadas, para a busca de aperfeiçoamento na produção e aplicação das leis, para a boa gestão do excedente econômico. Sem ela, o Estado perde uma força essencial no estabelecimento de sua soberania. É crime contra o Estado e contra os brasileiros manipular

recursos destinados à tarefa universitária. Se o criminoso se instala na administração pública, ou acadêmica, ou mesmo na sociedade civil, ele deve ser punido com rigor máximo. Cabe aos responsáveis assumir seu dever, recusando manobras financeiras com recursos dos campi.

O descalabro das finanças públicas em São Paulo não pode onerar a universidade. Os seus dirigentes devem defendê-la. Para isto, eles assumiram cargos diretivos. Se julgam impossível este munus, renunciem, deixando-o para quem respeita a universidade e os fins eminentes do Estado. Se estiverem à altura de sua obrigação, marquem audiência com o Governador, exigindo soluções imediatas para os problemas gerados pela incompetência de sua administração, e pelo boicote do Estado, feito por setores empresariais, financeiros, etc. Caso isto não se realize, que se entre com representação pública no Judiciário, chamando os governantes ao dever. Outra atitude é conivência com o assassinato dos campi. Os docentes, alunos, funcionários da Universidade acompanham os atos dos dirigentes. Com estes últimos, a palavra.

Roberto Romano - Professor Titular - IFCH

